



FUNDACEM
FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES

Cairu
FACULDADE - DESDE 1905



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NA ÁREA DE SAÚDE

Carga horária total em EAD: 420hs



CORPO DOCENTE

ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO - Doutor - Coordenação Pedagógica e Acadêmica do Curso

ANA OCLÊNIDIA DANTAS MESQUITA - Especialista

ANTÔNIO FRANÇA DA COSTA - Mestre

EDRACI DE ANDRADE ALVES - Especialista

JULIANA SANTOS - Especialista

JOSÉ REINALDO LUNA GUSMÃO - Especialista

MANOEL HENRIQUE DE MIRANDA PEREIRA - Mestre

MARIA LUÍZA LEITÃO CAMPELO - Especialista

ROSE KATHARINE BORGES SALES COUTO - Mestra

SANDRA VIRGÍNIA MATOS LEÃO - Especialista

THIAGO LOPES CARDOSO CAMPOS - Especialista

YUMARA FRANCO DA SILVA RABELO - Especialista

www.fundacem.org.br

fundacemeadsaude@gmail.com

fundacem@fundacem.org.br

Tels.: (71) 99216-8688 

(71) 3244-8427 | 3244-6701

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NA ÁREA DE SAÚDE

APRESENTAÇÃO

A administração pública municipal tem a missão institucional de promover o bem comum, através da realização de atividades dos órgãos públicos, com vistas a atender os anseios da sociedade, entretanto, para o pleno alcance dessa missão é necessário que os órgãos, os agentes e as atividades que compõe a gestão pública funcionem de forma integrada.

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a formulação e a execução de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

Nesse contexto, é imprescindível que os agentes que atuam nos órgãos públicos tenham capacidade técnica para o pleno exercício de suas funções.

Para essa finalidade a FUNDACEM selecionou neste Curso as seguintes disciplinas: História, evolução e legislação do sistema de saúde no Brasil; Gestão de recursos financeiros em saúde e financiamento, administração financeira municipal e gerenciamento de custos em saúde; Planejamento e gestão estratégica nos sistemas de saúde, instrumentos de planejamento, regulação e auditoria pactuações interfederativas; Mecanismos de controle, controle interno e externo dos recursos da saúde, controle social; Atenção primária a saúde; Média e alta complexidade; Vigilância em saúde; Assistência farmacêutica; Sistemas de informação em saúde; Gestão de obras públicas na saúde; Saúde complementar e judicialização na saúde e Acreditação e segurança do paciente em serviços de saúde.

A experiência demonstra que servidores qualificados propiciam o oferecimento de melhores serviços aos cidadãos, sendo assim, a qualificação dos profissionais que atuam na área pública é um dos maiores investimentos a ser feito em prol do bem coletivo.

Seja bem vindo!
César Montes
Presidente da FUNDACEM
Coordenador Geral do Curso
(71) 98805-4321

JUSTIFICATIVA

O cenário da saúde nos municípios brasileiros evidencia que é imprescindível uma evolução na administração pública municipal para a melhoria da prestação dos serviços de saúde, a fim de atender melhor às necessidades dos cidadãos. Para tanto, os profissionais que atuam nas administrações municipais na área de saúde, precisam se capacitar, de modo a poderem executar suas atividades de acordo com as normas legais que regem essa área. Nesse sentido, conhecer bem a área de saúde através de seus programas, permitirá que possam ser realizados diversos controles de qualidade da prestação desses serviços, pelos profissionais e agentes públicos que trabalham de um modo geral, nessa área. Para tanto, a história, evolução e legislação do sistema de saúde no Brasil, a gestão de recursos financeiros na saúde, o planejamento e gestão estratégica nos sistemas de saúde, os mecanismos de controle interno, externo e social dos recursos da saúde, a atenção primária a saúde, a média e alta complexidade, a vigilância em saúde, a assistência farmacêutica, os sistemas de informação em saúde, a gestão de obras públicas na saúde, a saúde complementar e judicialização na saúde, a acreditação e segurança do paciente em serviços de saúde, são alguns dos temas a serem discutidos no Curso, levando informações úteis e necessárias à competente administração pública municipal na área de saúde.

OBJETIVOS

- Qualificar o profissional de Gestão com vistas à melhoria técnica da Administração Pública;
- Desenvolver o pensamento crítico frente a conjuntura atual da saúde correlacionando aos pilares do SUS e sua fundamentação legal;
- Aprimorar o conhecimento dos profissionais envolvidos na gestão municipal da saúde acerca dos programas específicos da saúde;
- Capacitar os servidores e gestores públicos com vistas a evitar as irregularidades administrativas que tem ocorrido e que possibilitam a crescente rejeição de contas dos municípios na área de saúde;
- Contribuir para a potencialização da eficiência e da eficácia das unidades de saúde;
- Contribuir para a melhoria da gestão das atividades prestadas pelo setor saúde;
- Possibilitar a renovação dos pensamentos e práticas nas unidades de trabalho tendo em vista o perfil epidemiológico, sanitário a realidade local;
- Formar profissionais para intervir no cenário loco-regional, considerando as características e a realidade social buscando qualificar a oferta dos serviços de saúde;
- Auxiliar na elaboração dos Instrumentos de Planejamento e Gestão (Plano Municipal de Saúde, Programação Anual de Saúde, Relatório Quadrimestral Detalhado e Relatório Anual de Gestão) bem como seu registro no Sistema
- Fomentar o acompanhamento, avaliação e aperfeiçoamento dos resultados levantados nos Instrumentos de Gestão;
- Aperfeiçoar a análise dos dados produzidos e alimentados nos Sistemas de Informação em Saúde como ferramenta de apoio as atividades de planejamento e gestão.

PÚBLICO-ALVO

Secretário de Saúde, diretores, coordenadores, assessores técnicos, membros dos fundos de saúde, membros dos conselhos municipais de saúde, agentes públicos de áreas afins, graduados na área de saúde ou áreas afins.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NA ÁREA DE SAÚDE

MÓDULO I - HISTÓRIA, EVOLUÇÃO E LEGISLAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE NO BRASIL

Reflexão sobre as dimensões históricas e sociais que influenciaram os desenhos dos Serviços e Sistemas de Saúde no Brasil a partir do início deste século;

Políticas de Saúde no Brasil;

Sistemas de Saúde no Brasil;

Perspectivas e Desafios para Saúde no Brasil;

Os Modelos Assistenciais de Saúde e suas alternativas;

Desenvolvendo um modelo crítico dos Sistemas vigentes, seus pontos fortes e desafios na assistência à saúde;

Panorama Histórico do SUS e sua Regulamentação – Sistema Único de Saúde; Legislação em Saúde;

A Saúde na Constituição Federal de 1988, do artigo 196 ao 200 e artigo 37 da Administração pública, Lei 8.080/1990;

Decreto Presidencial no 7.508/ 2011 e Lei 8.142/1990;

Organização dos serviços de Saúde;

Participação e controle social.

MÓDULO II - GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS EM SAÚDE E FINANCIAMENTO, ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA MUNICIPAL E GERENCIAMENTO DE CUSTOS EM SAÚDE

Administração pública municipal;

Análise crítica dos modelos de administração pública: Patrimonialismo, Burocracia e Gerencialismo;

Administração direta e indireta;

O processo de publicização das atividades de Saúde;

Governabilidade e Governança;

Accountability;

Governo Eletrônico;

Administração financeira municipal: Recursos Federais nos Municípios;

Formas de transferência dos recursos federais para a Saúde;

Receita pública;

Requisitos para recebimento de recursos Federais para a Saúde;

Emenda Parlamentar;

Planejamento, gestão e prestação de contas de recursos federais;

Licitações e contratos;

Tópicos especiais na determinação das demonstrações;

Demonstrações de origens e aplicações de recursos em saúde;

Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS: Despesas e gastos com a Saúde (em que pode ser gasto o dinheiro da Saúde);

Mudanças nos Blocos de Financiamento do SUS;

Novo financiamento da Atenção Básica Portaria 2979/2019;
Convênios (SINCONV – Sistema de convênios e contratos de repasses);
SIOPS – O Sistema de informações sobre orçamentos públicos em saúde;
Planejamento orçamentário na área da saúde: Princípios orçamentários;
Instrumentos de planejamento (PPA – Plano Plurianual;
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias;
LOA – Lei Orçamentária Anual; PMS – Plano Municipal de Saúde;
RAG - Relatório de Gestão com enfoque contábil/financeiro);
Planejamento e controle de custos: Tipos de custos existentes nas organizações de saúde: fixos e variáveis, diretos e indiretos;
Métodos tradicionais de custeio: por absorção, direto, padrão; tomada de decisão e a eficácia na solução de problemas.

MÓDULO III - PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA NOS SISTEMAS DE SAÚDE, INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO E AUDITORIA PACTUAÇÕES INTERFEDERATIVAS

As organizações e Sistemas de Saúde diante do Planejamento;
Planejamento e Gestão Estratégica;
Elaboração e resultados do planejamento estratégico;
Instrumentos de Planejamento da Saúde: Plano Municipal de Saúde, Programação Anual de Saúde, Relatório Anual de Gestão, Relatório Quadrimestral, SARGSUS/DIGISUS;
Processo de Regulação, fluxos e desenhos da rede de acesso, tipos de regulação;
Componente Municipal de Auditoria implantação e funcionamento;
Instâncias de Pactuação;
Comissão Intergestora Tripartite (CIT), Comissões Intergestora Bipartite (CIB) e CIR (Comissão Intergestora Regional), Componentes do Pacto pela Saúde, Termo de Compromisso de Gestão (TCG)/COAP;
PPI e Comando Único.

MÓDULO IV - MECANISMOS DE CONTROLE, CONTROLE INTERNO E EXTERNO DOS RECURSOS DA SAÚDE, CONTROLE SOCIAL

Licitações e contratos administrativos na área de saúde;
Princípios licitatórios;
Obrigatoriedade de licitar;
Exceções à regra de licitar;
Modalidades de licitação;
Tipos de licitação;
Contratos administrativos;
Características dos contratos administrativos;
Cláusulas contratuais;

Rescisão contratual (unilateral, amigável e judicial);
Fiscalização de recursos federais pelo Tribunal de Contas da União na área da saúde;
Competência do Tribunal;
Processo no âmbito do TCU;
Hipóteses de prestação de contas ao TCU;
Tomada de Contas;
Auditoria de recursos federais na área de saúde;
Cadeia de responsabilidade em apuração de irregularidade;
Consequência do julgamento pela irregularidade;
Principais motivos que ensejam condenações;
Súmulas do TCU aplicáveis a área de saúde;
Atuação das controladorias internas municipais na área da saúde;
Fundamentos legais;
Organização administrativa e funções;
Planejamento das ações;
Rotinas e atividades;
Resolução do TCM nº 1.125/05;
Operações objeto de controles específicos;
Lei de Responsabilidade Fiscal Lei 101/2000;
Conselho Municipal de Saúde sua organização e funcionamento;
Conselhos Locais de Saúde;
Mecanismos de exercício do controle social;
Formas de exercício do controle social;
O direito à informação e o controle social;
Os conselhos municipais;
Funções dos conselhos municipais: fiscalizadora, mobilizadora e deliberativa;
Condições para o exercício da função de conselheiro municipal.

MÓDULO V - ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE

PNAB – Política Nacional da Atenção Básica Funções e Atribuições do Coordenador/ Supervisor da Atenção Básica;
Requisitos e fluxo para adesão aos programas;
Financiamento Federal da Atenção Básica;
Estratégia Saúde da Família;
Equipes Multiprofissionais na Atenção Básica;
Programa de Saúde da Mulher e Rede Cegonha;
Programa de Saúde do Homem;
Programa Saúde da Criança;
Programa Saúde do Idoso, HIPER-DIA;

Programa Brasil Sorridente;
Programa Saúde Bucal;
Laboratórios Regionais de Prótese Dentária;
PACS – Programa de Agente Comunitário de Saúde;
Programa de Saúde na Escola;
Academia da Saúde;
Saúde na Hora;
Cartão Nacional de Saúde;
Programa Mais Médicos;
Programa Nacional de Melhoria do Acesso e Qualidade – PMAQ;
Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares;
Consultório na Rua;
PNAISP - Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional;
PROVAB – Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica/Médicos;
PNAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição;
Projeto Olhar Brasil;
QualiSUS-Rede.

MÓDULO VI - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Funções e Atribuições do Coordenador de Média e Alta Complexidade;
Requisitos e fluxo para adesão aos programas;
Redes temáticas: Urgência e Emergência (Unidade de Pronto Atendimento – UPA;
Sistema de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU);
Oncologia;
Saúde Mental (Centro de Atenção Psicossocial – CAPS);
Pessoa com Deficiência;
Rede Cegonha;
Política das Urgências e Emergências;
Assistência Hospitalar;
HPP – Hospital de Pequeno Porte - políticas atuais;
Complexos Reguladores e Central de Marcação;
TFD – Tratamento Fora de Domicílio Intermunicipal e Interestadual;
Centro Especialidade Odontológica – CEO;
A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência;
Programa Melhor em Casa;
Programação Pactuada Integrada;
Comando Único, fluxo e processo de adesão;
Estudo de Viabilidade de Incremento de Teto MAC.

MÓDULO VII - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Funções e Atribuições dos Coordenadores;

Política Nacional de Vigilância em Saúde, Financiamento, Legislação;

Vigilância Epidemiológica (Coleta de dados; Processamento de dados; Análise e interpretação dos dados; Ações de prevenção e controle das doenças; Divulgação das informações);

Programa de Imunização, Imunobiológicos Especiais SIPNI, SIAIU;

Vigilância ao Óbito de Mulheres em Idade Fértil, Materno e Infantil;

Programa de Controle da Tuberculose e Hanseníase;

Programa DST/AIDS e Hepatites;

CTA – Centro de Testagem e Acolhimento;

Programa Municipal de Controle de Endemias (PMCE), Arboviroses;

Programa de Leishmaniose, Centro de Zoonoses Canina;

Vacinação Antirrábica Animal;

Passos de uma Investigação de Surtos (COE, Sala de Situação), Pandemia Covid – 19;

Vigilância Sanitária e Ambiental, Anvisa;

VIGIÁGUA;

Produção SIA/VISA;

VIGIAR: Vigilância em Saúde de Populações Expostas à Poluição Atmosférica;

VIGISOLO: Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Áreas Contaminadas;

VIGIDESASTRE: Vigilância em Saúde Ambiental Relacionadas aos Desastres Ambientais;

Saúde do Trabalhador;

CEREST - Centro de Referência de Saúde do Trabalhador.

MÓDULO VIII - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Ciclo da Assistência Farmacêutica no SUS;

Política Nacional de Medicamentos;

Gestão da Assistência Farmacêutica Municipal – Componentes, Financiamento Compartilhado e Atribuições tripartite;

Gestão técnica da AF: Seleção, programação, aquisição, distribuição, dispensação e descarte;

Sistemas de Informação para Gerenciamento da Assistência Farmacêutica;

Cuidado Farmacêutico;

Qualificação da Assistência Farmacêutica;

Avaliação e incorporação de tecnologias em Saúde no SUS;

Monitoramento e avaliação da Assistência Farmacêutica municipal.

MÓDULO IX - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE

Sistemas de Informação (SI);

Conceitos e definições;

Evolução dos SI;

As Informações para Gerenciar o Sistema de Saúde;
Importância das informações;
Fontes de informação para a saúde – Os Sistemas Nacionais de Informação em Saúde;
SIM; SINASC; SINAN; SIH; SIA; SISVAN; SIPNI;
Vitamina A, Ferro, Nutrisus, Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS);
Fundação Nacional de Saúde (FUNASA);
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ); DATASUS;
Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);
SISAB – E-SUS, Indicadores de Capacitação Ponderada e Desempenho;
E-GESTOR Os Sistemas Eletrônicos de Informação;
Os padrões e o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC);
GIL - Gerenciador de Informações Locais,
GAL - Gerenciador de Ambiente Laboratorial,
Cartão Nacional de Saúde;
FORMSUS;
O projeto de informatização da assistência de enfermagem (SIAE);
Biblioteca virtual de saúde;
Faturamento, Pagamento por Produção, SIA (VISA e CEREST).

MÓDULO X - GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS NA SAÚDE

Construção, Reformas e Reparos de Unidades de Saúde/ Hospitais,
Fluxo e Análise de Projetos;
Acompanhamento e Fiscalização de Obras e Contratos;
Requalifica SUS;
SISMOB - Sistema de Monitoramento de Obras (cadastro, monitoramento e encerramento de obras);
Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Pronto Atendimento;
Academia da Saúde;
RDC 50 Unidades de Saúde;
Manutenção Preventiva, Corretiva e Predial;

MÓDULO XI - SAÚDE COMPLEMENTAR E JUDICIALIZAÇÃO NA SAÚDE

PARTICIPAÇÃO COMPLEMENTAR DA INICIATIVA PRIVADO NO SUS: Participação Complementar da iniciativa privada na assistência à saúde;
Modelos jurídico-institucionais de atuação da administração pública brasileira: diferenciação entre modelos de atuação direta e modelos de fomento e parceria aplicáveis na área da gestão da saúde pública;
Modelo de governança do SUS: descentralização e regionalização;
Contratos e convênios de serviços complementares (portarias do MS);
Papel dos órgãos de controle interno e externo: prestação de contas pela administração pública; e
Inadequações (terceirização de pessoal, triangulação de recursos, alternativas de gerência, terceirização da gestão).

JUDICIALIZAÇÃO NA SAÚDE

Judicialização nas Políticas Públicas de Saúde: Fundamento Constitucional, Competências, Intervenção, Responsabilidade Civil em Saúde, Direito fundamental à saúde, direito de ação e reserva do possível;

Poder Judiciário e Resolução de Conflitos;

Ativismo Judicial;

O Papel da CONITEC (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS) na incorporação de tecnologias;

Conselho Nacional de Justiça - Resoluções (NAT's) e Dados da Judicialização;

Atuação e defesa dos entes públicos e papel das procuradorias;

As políticas públicas de saúde e a inter-relação com as secretarias de saúde no cumprimento das ordens judiciais;

Saúde Suplementar;

Surgimento, Conceitos e Definições;

Dados sobre o setor;

Instituições de Saúde;

Interface do SUS e Saúde Suplementar;

A rotina de assistência ao beneficiário e forma de remuneração dos serviços;

Gestão e acompanhamento de contratos;

Auditoria na Saúde Suplementar X Sistema Público;

Direitos Básicos do Consumidor, Liminares.

MÓDULO XII - ACREDITAÇÃO E SEGURANÇA DO PACIENTE EM SERVIÇOS DE SAÚDE

Accreditação em serviços de saúde;

A segurança do paciente como uma questão estratégica no mundo.

Qualidade em Saúde e Segurança do Paciente: aspectos fundamentais.

Programa Nacional de Segurança do Paciente;

Política Nacional de Atenção Hospitalar.

Segurança do paciente e as redes de atenção.

CORPO DOCENTE DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NA ÁREA DE SAÚDE

ANA OCLÊNIDIA DANTAS MESQUITA

Farmacêutica formada pela universidade Tiradentes, Pós-Graduada em gestão do SUS, e Citologia, Graduada em Farmácia, atualmente é Coordenadora da Assistência Farmacêutica - Secretaria de Saúde de Serrolândia e Diretora de Auditoria do Município de Jacobina, Coordenadora da residência multiprofissional -PERMUF

ANTÔNIO FRANÇA DA COSTA

Mestre em Direito Público pela UFBA. Especialista em Direito Público pelo Complexo Jurídico Damásio de Jesus. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduado em Administração Pública pela Escola de Governo de Minas Gerais-Fundação João Pinheiro.

EDRACI DE ANDRADE ALVES

Especialista em Saúde Coletiva pelo ISC/UFBA; em Obstetrícia pela UNIJORGE. Graduação em Enfermagem pela UCSAL.

JULIANA SANTOS

Especialista em Auditoria e Gestão em Saúde, Auditoria do SUS, Gerenciamento em Processos de Trabalho na Atenção Básica, Administração Hospitalar. Graduada em Enfermagem, Auditora em Saúde da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia.

JOSÉ REINALDO LUNA GUSMÃO

Especialista em Gerenciamento e Planejamento, de Obras, Graduado em Engenharia Civil e Graduado em Direito, Auditor Federal de Controle Externo do TCU, Atual Diretor no âmbito da Secex/BA/TCU, Coordenador de Auditorias de Obras Públicas no TCU – BA

MANOEL HENRIQUE DE MIRANDA PEREIRA

Mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho (FAMEB/UFBA). Especialista em Gestão da Clínica nos Hospitais do SUS pela Fundação Dom Cabral (FDC/Hospital Sírío Libanês); em Gestão Regionalizada do SUS pela Escola Estadual de Saúde Pública da Bahia (EESP/SESAB). Graduado em Enfermagem.

MARIA LUÍZA LEITÃO CAMPELO

Especialização em Auditoria em Saúde; Em Saúde Pública com ênfase em PSF; Em Saúde Coletiva com ênfase em Gestão de Saúde; Em Gestão do Trabalho e Educação Permanente, Em Educação Pedagógica; Em Administração Hospitalar; Em Apoio Institucional na Atenção Básica; Em Gestão de Programas de Residência Médica no SUS. Graduação em Enfermagem pela UCSAL.

ROSE KATHARINE BORGES SALES COUTO

Mestre em Saúde Coletiva pelo ISC/UFBA, Especialização em Saúde Coletiva, Gestão Pública Municipal; Educação à Distância e Processos Educacionais em Saúde. Graduada em Administração de Empresas.

SANDRA VIRGÍNIA MATOS LEÃO

Especialista em Saúde Pública pela Instituição IBPEX (2005); Cirurgiã-dentista pela UFBA (2003). Graduada em Odontologia.

THIAGO LOPES CARDOSO CAMPOS

Atualmente cursa Mestrado em Saúde Coletiva na UNICAMP; Especialista em Direito Sanitário; Em Direito Tributário e em Gestão de Políticas de Saúde. Graduado em Direito pela UCSAL.

YUMARA FRANCO DA SILVA RABELO

Especialização: Vigilância em Saúde/Sírío Libanês; Em Administração Hospitalar e Sistemas em Serviços de Saúde / UFBA/NPGA; Em Saúde Pública/FACIG – Alagoinhas-BA; Em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação / UNEB/FAPES –Graduada em Licenciatura Plena em História / UNEB—Alagoinhas-BA.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NA ÁREA DE SAÚDE

HORÁRIO DAS AULAS: Qualquer hora do dia ou da noite, em todos os dias da semana, inclusive nos feriados.

INÍCIO DO CURSO: Imediatamente após o pagamento.

FREQUÊNCIA: O aluno deverá ter frequência obrigatória mínima de 75%.

DURAÇÃO: O aluno terá até 10 meses da matrícula para concluir o Curso. No caso do aluno não concluir o curso em 10 meses, será considerado desistente.

AVALIAÇÃO: Serão realizadas provas e fóruns nas disciplinas do curso.

APROVAÇÃO: Será aprovado no Curso de Especialização o aluno que obtiver a frequência de 75%, no mínimo, bem como, nota igual ou superior a **7,0 (sete)**, em cada uma das 12 (doze) disciplinas.

MÓDULOS EM ENSINO À DISTÂNCIA: Serão realizadas atividades obrigatórias utilizando a metodologia de ensino à distância através de atividades extra classe como: leituras, exercícios, atividades, avaliação, fóruns e indicação de bibliografia a fim de tratar de temas inovadores sobre a matéria. As atividades desenvolvidas nos módulos de ensino a distância deverão ser obrigatoriamente realizadas.

INVESTIMENTO: O valor do curso por participante é de **R\$ 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais)**.

OBSERVAÇÕES: Todos os contratos para esse curso, deverão estar devidamente assinados pelo gestor e pagos para que o aluno possa começar o curso.

Os pagamentos poderão ser parcelados em até 10 (dez) vezes no cartão de crédito.

COMO REALIZAR A MATRÍCULA:

1) O pagamento pode ser feito diretamente na conta bancária em nome da FUNDACEM, CNPJ: 06.150.141/0001-77 - Banco BRADESCO, Agência 3545-9, C/C nº 27292-2 com envio do comprovante do depósito por e-mail para a FUNDACEM fundacemssa@yahoo.com.br e ou SEDEX para o endereço: 2ª Travessa Gersino Coelho, 10 – Matatu, CEP: 40255-171, Salvador – BA. (Os depósitos bancários devem ser feitos com **identificação do nome do aluno, empresa, Prefeitura ou Câmara**).

2) A matrícula e pagamentos também poderão ser realizados diretamente na sede da FUNDACEM, no endereço: 2ª Travessa Gersino Coelho, 10 – Matatu, Brotas, Salvador – BA e /ou no Alto da Ladeira do HGE, s/n (Fim de Linha ao lado do HGE), Av. Vasco da Gama, (Prédio de 4 andares nas cores azul e branco com muro branco e pilastras azuis).

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS: Identidade e CPF (original e cópia), certificado ou diploma de graduação, histórico escolar da graduação, ficha de matrícula e xerox da certidão de casamento (quando houver alteração de nome).

Obs: Mudanças que por motivos imperiosos ou administrativos venham a ocorrer, o aluno será informado imediatamente.

www.fundacem.org.br

E-mail: fundacemeadsaude@gmail.com
fundacem@fundacem.org.br

2ª Travessa Gersino Coelho, 10 - Matatu | Brotas
CEP: 40.255-171 - Salvador - Bahia

Tels.: (71) 99216-8688

(71) 3244-8427 | 3244-6701

18 ANOS
FUNDACEM



FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES

60 instituições que apoiaram a FUNDACEM nesses 18 anos de capacitação:



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE



DEFENSORIA PÚBLICA BAHIA
Instituição essencial à Justiça



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA



Organização Internacional do Trabalho



SECRETARIA DE Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza
SALVADOR PREFEITURA
PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS MAGISTRADOS, PROCURADORES E PROMOTORES ELEITORAIS



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DO TSE

